

MOBILIDADE PENDULAR NA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO-BRASIL¹

Profa. Dra. Lirian Melchior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/FAPERJ
lirianmelchior@hotmail.com

Palavras-Chave: mobilidade pendular; reestruturação metropolitana; territorialidade; Baixada Fluminense

Resumo

A produção da metrópole envolve uma escala espacial com fortes processos de fragmentação sócio-político-espacial e uma múltipla e difusa construção identitária. A cidade é, então, um espaço dinâmico, que resulta do conjunto das práticas sociais como os conflitos sociais, econômicos e políticos que se expressam no interior da sociedade. Desta forma, o processo de urbanização/metropolização, torna mais complexa as relações e os arranjos espaciais, deixando ainda mais evidente o processo de segregação/exclusão, com dinâmicas que passaram a delimitar territorialmente o convívio, fruto de um processo de urbanização espoliativo, em que grande parte da população encontra-se destituída dos benefícios urbanos, tendo que residir em lugares com pouca ou nenhuma infra-estrutura, para garantirem sua sobrevivência, ainda que as relações de trabalho permaneçam centralizadas no núcleo da metrópole. A flexibilidade alcançada, atualmente, conduziu a novas práticas de contratação (subcontratação, terceirização) que avançaram num processo de aumento do desemprego e, principalmente, da precarização do trabalho. A reestruturação dos espaços urbanos conduzem a uma estrutura urbana policêntrica e a proliferação de territórios descontínuos e fragmentados. Estas dificultam a convivência entre pessoas de diferentes camadas sociais, criando e recriando processos de diferenciação e de segregação socioespaciais. Assim, surgem barreiras que fragmentam a vida urbana, deixando os mais pobres à margem do consumo do/no espaço. Desta forma, o trabalhador passa por um processo de exclusão não só em seu trabalho, mas este fato se reflete em seu cotidiano, onde, devido à alta segregação imposta pelo sistema, afasta o trabalhador da produção de sua vida, em que os vínculos territoriais são desfeitos continuamente. No cotidiano da periferia metropolitana as camadas populares costumam passar muitas horas em deslocamento diário para o trabalho, o que acreditamos constituir um dos elementos que influem decisivamente na composição da identidade, pois percebemos que a vivência compartilhada dos migrantes termina por construir elementos identitários ao morador da “Baixada Fluminense”, com um discurso próprio, com identificação política e com raízes territoriais. Como se

¹ Trabalho desenvolvido junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de Geociências, com o apoio da FAPERJ

trata de uma migração cotidiana, o tempo do deslocamento corresponde ao tempo do trabalho e, o vínculo do migrante com a área de destino só se estabelece neste momento, por isto, entender sua identidade, implica em reconhecer seu ambiente original, pois suas relações cotidianas, sociais, econômicas e afetivas se processam nesta área. Acreditamos, então, que este trabalho possibilita traçar um perfil da população economicamente ativa da Baixada Fluminense, buscando identificar sua área de ocupação, renda familiar e, relações que estabelecem em seu cotidiano com a metrópole – para além do trabalho. Para isto, foram realizados levantamentos históricos e contemporâneos sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e entrevistas com os trabalhadores que realizam o deslocamento pendular cotidianamente. Apresentamos, portanto, os deslocamentos intra-metropolitanos a partir da concepção da mobilidade do trabalho e, entendemos que as migrações ocorrem numa relação dialética entre fenômenos de ordem social e econômica, configurando movimentos criados e dinamizados pelo sistema capitalista, mas que, por sua vez, também agilizam e ampliam o grau de complexidade das contradições e redefinem espaços e territórios.

1. Introdução

A análise sobre a reestruturação urbana da Metrópole do Rio de Janeiro possui a perspectiva de estudos sobre a mobilidade populacional e as lógicas que orientam a estruturação urbana. Estas compõem diferentes facetas, que demonstram espacialmente a reestruturação produtiva da rede urbana brasileira e a nova divisão territorial do trabalho no país, com novas lógicas locacionais e novas estratégias de reprodução dos diferentes capitais.

A dinâmica das cidades é resultado da interação entre suas áreas, em que as relações de produção, circulação e consumo, fundamentais no modo capitalista de produção, exigem uma constante mutação e adaptação de suas formas através dos processos espaciais. A partir de considerações realizadas por Santos (1994), Castells (2000), Sposito (1999) e Corrêa (1995), entendemos a cidade como um espaço onde as contradições se mostram e se reproduzem com maior facilidade, de modo que as divisões social e territorial do trabalho se manifestam de maneira mais intensa. Surgem várias formas de uso do solo num mesmo espaço, sendo estas, de concentração comercial, prestação de serviços, industrial, residencial – complementares e concorrentes. Sendo, então, produto do trabalho humano materializado e territorializado.

A realidade atual da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial da Baixada Fluminense e da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, apresenta um quadro sócio-espacial com uma dinâmica que tem sofrido intensas transformações. Nos últimos anos, os investimentos na modernização do porto de Sepetiba, na Indústria Naval, em Energia Nuclear, a construção de

indústrias siderúrgicas, como previsto para os próximos anos em Itaguaí e Santa Cruz, o pólo petroquímico localizado no município de Duque de Caxias, a modernização das estradas que atravessam a região a partir da construção do Anel Rodoviário que ligará o Recôncavo da Guanabara ao porto de Sepetiba, articulando a região onde será construída uma grande refinaria de petróleo no município de Sepetiba, o crescimento significativo do setor de serviços, expansão do mercado do mercado imobiliário dentre outros investimentos públicos e privados, evidenciam novo cenário para as regiões vizinhas ao Município do Rio de Janeiro.

Entretanto, observamos que em quase todas essas áreas são constatadas as menores taxas de desenvolvimento humano do Estado, como Nova Iguaçu – 0,762; Seropédica – 0,759; Duque de Caxias – 0,753; Bangu – 0,794; Santa Cruz – 0,742; Campo Grande - 0,810, sendo gravíssimos os problemas como: falta de saneamento básico, habitação, transporte de massas, educação de qualidade e segurança pública. Ressalte-se que todos obtiveram IDH abaixo da média brasileira que é de 0,833. Assim, compreendemos que embora a região metropolitana esteja passando por um evidente processo de reestruturação econômica, a mobilidade social não é uma prerrogativa.

Desta forma entendemos que as migrações pendulares (intra-metropolitanas), evidenciam uma maior complexidade das relações desenvolvidas entre as cidades e, que estas estão se dinamizando cada vez mais, fruto do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações. Tal fato, possibilita que as pessoas possam se deslocar mais rapidamente entre os municípios, o que intensifica e agrava as diferenças espaciais entre os que realizam este deslocamento e aqueles que vivem na capital. Estas diferenças ficam evidentes ao observamos a o espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que possui seu território bem delimitado no que se refere aos equipamentos urbanos e a quem estes servem no uso cotidiano da metrópole. ABREU (2010) afirma que

O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de baixa renda.

(...)

A cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente o seu núcleo, concentrou todos os recursos, muitas vezes aplicando em obras suntuosas e de prestígio, sem reinvestir nada numa região onde não tinha responsabilidades políticas. O resultado foi um núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada.

(ABREU, 2010, p. 17)

Depreendemos então, que não só o capital determina as relações de trabalho, indicando ao trabalhador para quais áreas deve se deslocar, também determina as regiões onde este trabalhador pode morar, levando-os às áreas periféricas da cidade ou da metrópole, destituída de infra-estrutura

e dos equipamentos urbanos necessários. Compreendemos que, a região metropolitana constitui, então, um espaço dinâmico, com a atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo local da reprodução das classes sociais no modo capitalista de produção, onde a segregação/exclusão se torna evidente e a fragmentação espacial uma realidade. Ao mesmo tempo, ela resulta do conjunto das práticas sociais como os conflitos sociais, econômicos e políticos que se expressam no interior da sociedade. A mobilidade de trabalhadores, de consumidores, de capitais, de idéias e de mercadorias obedecem à ordem deste modo de produção e formam um conjunto de dinâmicas que tornam maiores as condições de reprodução de capital.

Sabemos que as atividades econômicas estão sempre em desenvolvimento, aperfeiçoando suas técnicas, suas máquinas, seu modo de produção. No entanto, os trabalhadores, por estarem à margem do sistema, não acompanharam esse avanço tecnológico e, por isso, não possuem as qualidades necessárias para se inserirem nos padrões que a economia solicita, tendo estes de procurar outras formas de inserção no sistema. Essa falta de qualificação fica evidente e demonstra que os municípios que compõem a Região Metropolitana, possuem baixo grau de instrução e, a Tabela 1 possibilita uma análise quanto à população ocupada. O migrante pendular, portanto, é excluído dos equipamentos urbanos mais sofisticados, sendo levado a residir nas periferias da metrópole. Esta migração configura assim, o

(...) deslocamento de trabalhadores para uma cidade que há muito extrapolou seus limites de ocupação, o que obriga a colocar dentro das reflexões teórico-metodológicas esse “outro”, nada exótico e nem habitante de terras distantes. Este outro está aqui: servidor doméstico, limpando casas, servindo a mesa, abrindo os portões dos edifícios, entre tantos ofícios.

(SANTOS, 2009, p. 17)

Tabela 1. Pesquisa mensal de emprego, região metropolitana do Rio de Janeiro, para o mês de abril de 2010

Especificação	abr/10
Pessoas em Idade Ativa	10.197
Pessoas Economicamente Ativas	5.489
Pessoas Não Economicamente Ativas	4.708
Pessoas Ocupadas	5.164
Pessoas Desocupadas	325
Pessoas Marginalmente Ligadas à PEA	143
Taxa de Ocupação	94,1
Taxa de Desocupação	5,9
Distribuição das Pessoas em Idade Ativa (%):	
Economicamente Ativas (Taxa de Atividade)	53,8
Ocupadas	50,6
Desocupadas	3,2
Não Economicamente Ativas	46,2
Distribuição das Pessoas Ocupadas (%) - Trabalho Principal: Grupamento de Atividade	
Ind. Ext. e de Transf., e Prod. e Dist. de Eletr., Gás e Água	12,0
Construção	7,9
Com., Rep.Veic. Aut. e de Obj.Pessoais e Dom. e Com. a Varejo de Combustíveis	17,7

Especificação	abr/10
Intermediação Financ. e Ativ. Imob., Aluguéis e Serv.Prest. à Empresa	15,9
Adm. Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde e Serv Sociais	18,7
Serviços Domésticos	7,8
Outros Serviços	19,5
Outras Atividades	0,4
Distribuição das Pessoas Desocupadas (%):(Segundo a Faixa de Tempo de Procura de Trabalho)	
Até 30 Dias	9,7
De 31 Dias a 6 Meses	46,1
De 7 a 11 Meses	10,7
De 1 Ano a Menos de 2 Anos	18,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego, 2010.

Com isso, o entendimento do espaço urbano, mesmo com um processo de fragmentação, possui correlações diretas entre as diversas áreas, sendo as mesmas complementares e concorrentes, simultaneamente, fato que possibilita e reforça a segregação urbana, que separa e distancia os diferentes segmentos que integram o espaço urbano, criando formas urbanas que variam de cortiços e favelas aos condomínios horizontais fechados de elevados padrões de moradia. Com isso, depreende-se que as migrações pendulares, intra-metropolitanas estão relacionadas à estrutura do modo capitalista de produção que é seletivo e excludente e faz com que o espaço urbano seja produzido coletivamente, porém, apropriado seletivamente.

Refletindo sobre o período de mudanças nas cidades, Lefèbvre (1991[1968]), faz a seguinte afirmação:

Atualmente, portanto, aprofunda-se um processo induzido que se pode chamar de a 'implosão-explosão' da cidade. O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais.

[...]

Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os 'pobres' e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes pelo contrário, as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade.

(LEFÈBVRE, 1991 [1968], p.10)

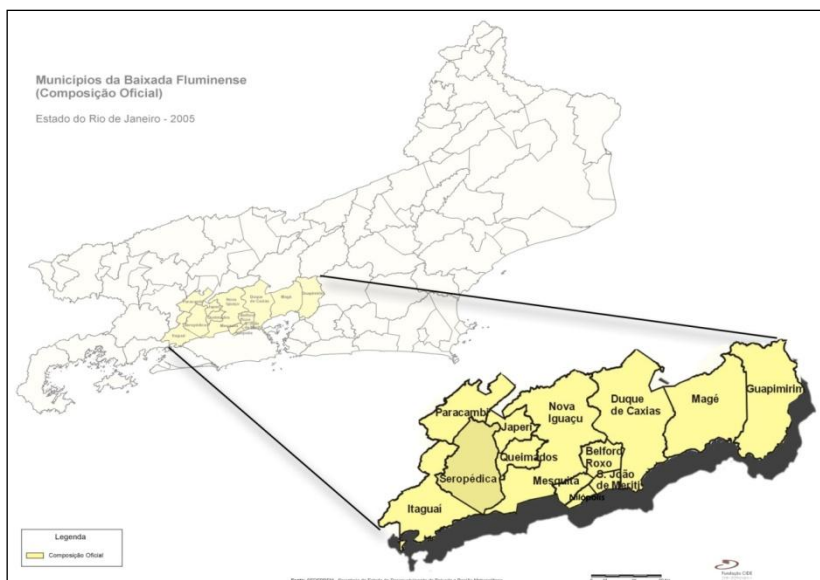
Portanto, a cidade que implodiu e explodiu, simultaneamente, passa ser produzida sob novas lógicas, sendo inclusive, geradora de novas dinâmicas. Novos movimentos passam a ser apresentados num intenso processo de reestruturação da lógica do capital.

2. Alguns Resultados

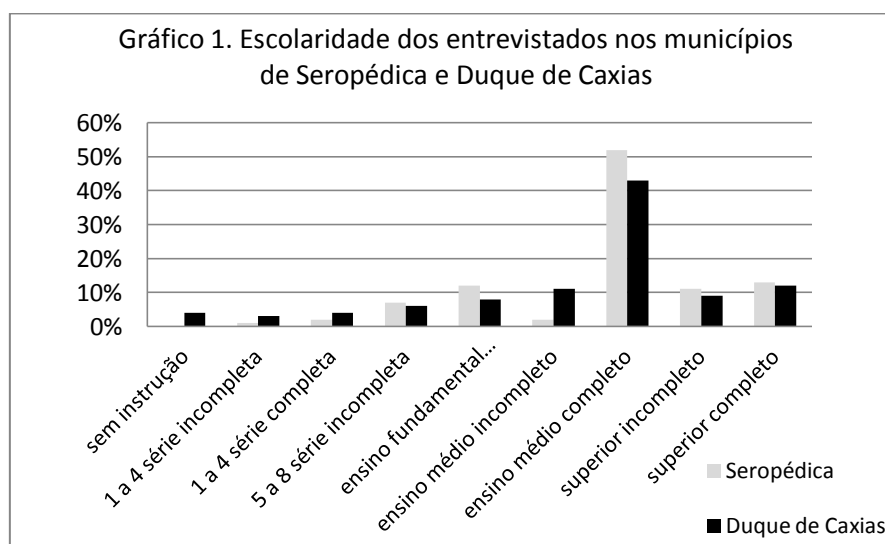
A análise do crescimento urbano a partir da reprodução social na metrópole, possibilita a compreensão dos novos arranjos econômicos e sociais, onde a mobilidade populacional, na redefinição dos novos arranjos espaciais, aparece como um dos agentes definidores do espaço urbano cotidiano, ou seja, estes seguem uma nova orientação, possibilitada pela dinâmica dos grupos sociais que se deslocam cotidianamente para realizarem funções de trabalho, estudo e lazer, fora de seu município de residência. A análise das migrações pendulares, muito comum em áreas metropolitanas, possibilita compreender as relações que se estabelecem entre os municípios que compõem a metrópole. Segundo Castello Branco, Firkowski e Moura (2005), Jardim e Ervatti (2006), CUNHA (1995), o estudo sobre as migrações pendulares estão relacionados à expansão das aglomerações urbanas, *“uma vez que reflete, o descompasso entre o processo de redistribuição da população e a distribuição das atividades econômicas e de serviços no espaço urbano”*, evidenciando as interações espaciais que ali existem. Estas, segundo CORRÊA (1997, p. 279):

Constituem-se um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência e ocorrência e, conforme a distância e a direção, caracterizar-se por diversos propósitos e realizar-se através de diversos meios e velocidades.

Os municípios analisados nesta etapa inicial do trabalho foram Seropédica e Duque de Caxias, municípios estes, que compõe a região denominada de Baixada Fluminense. Seropédica, fica a 76 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e possui aproximadamente 80 mil habitantes (IBGE, Censo-2010). Duque de Caxias se localiza a 21 quilômetros do Rio de Janeiro e possui 855.000 habitantes (IBGE, Censo-2010). Observamos através do Censo Demográfico de 2010 que 31,25% da população de Seropédica e 30,59% dos moradores de Duque de Caxias se deslocam para trabalhar em outros municípios, índices bastante expressivos que evidenciam uma intensa mobilidade pendular da população desta região. Deste modo, realizamos uma ampla pesquisa de campo de campo que incluía observações do movimento cotidiano realizado pelos trabalhadores e entrevistas realizadas com os mesmos. O mapa apresenta o Estado do Rio de Janeiro com destaque para a região que configura a Baixada Fluminense.



Uma apreensão inicial sobre o perfil dos trabalhadores entrevistados é de que a proximidade entre o município de Duque de Caxias com o Rio de Janeiro, a maior facilidade de acesso (este município conta com mais empresas de ônibus que realizam o transporte público entre os municípios, as tarifas são mais baixas e possui transporte ferroviário), também possibilita que pessoas com um grau de instrução menor e que realizam trabalhos menos qualificados possam se deslocar. Desta forma, em Duque de Caxias 79% dos entrevistados afirmaram não exercerem nenhuma atividade que exija uma formação de nível superior ou técnico, enquanto que, em Seropédica, estes representam 73% dos entrevistados. O gráfico 1 apresenta a escolaridade dos trabalhadores entrevistados e as tabelas 2 e 3 apresentam a atividade exercida por estes, que exigem formação em nível superior.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011, Organizado por Patricia Matias de Oliveira

Tabela 2. Seropédica-RJ. Atividade Exercida – Nível Superior - 2011

Nível superior	Seropédica
Professores	6%
Administradores	5%
Economista	1%
Contador	1%
Advogado	1%
Auditor (formado em direito)	1%
TOTAL	15%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011, Organizado por Patricia Matias de Oliveira

Tabela 3. Duque de Caxias-RJ. Atividade Exercida – Nível Superior - 2011

Nível superior	Duque de Caxias
Professor	1%
Contador	1%
Analista de Sistema	3%
Analista financeiro (ciências contábeis)	2%
Publicidade (Marketing)	1%
Biólogo	1%
TOTAL	9%

Fonte: Pesquisa de campo, 2011, Organizado por Patricia Matias de Oliveira

O aumento do desemprego e os deslocamentos pendulares refletem esta situação os quais buscam, assim, uma alternativa de sobrevivência (SINGER, 1998). Mészáros (2006) afirma que os maiores obstáculos do mundo do trabalho na atualidade, são a flexibilização e a desregulamentação, entendendo que o trabalhador está cada vez mais subordinado ao capital e o trabalho tende a se precarizar ainda mais. A flexibilidade alcançada, atualmente, conduziu a novas práticas de contratação (subcontratação, terceirização) que avançaram num processo de aumento do desemprego e, principalmente, da precarização do trabalho. Para o trabalhador que necessita vender sua força de trabalho para assegurar a sua sobrevivência e a possibilidade de adquirir os produtos não resta muitas alternativas a não ser a busca de sua integração ao mercado de trabalho

Com os dados apresentados, podemos observar que o trabalho precarizado compõe basicamente as atividades exercidas pelos trabalhadores entrevistados. Estes, realizam funções com baixa qualificação e baixa remuneração (53% dos entrevistados de Duque de Caxias recebem até 2 salários mínimos e, em Seropédica 64% destes recebem até 4 salários mínimos por mês). Somado a isto, temos o tempo de deslocamento diário que os entrevistados se submetem para chegar em seu lugar trabalho. Os trabalhadores de Duque de Caxias demoram, em média, 4 horas no seu percurso (2 horas para ida e 2 para volta), já os moradores de Seropédica ficam em torno de 6 horas dentro do ônibus (3 horas de ida e 3 horas de volta).

A inexistência de uma rede de transportes socialmente efetiva, isto é, que garanta a acessibilidade da população a todo o espaço urbano, pode infligir consideráveis gastos de tempo nos deslocamentos dos mais pobres. O tempo excedente nas viagens poderia ser aproveitado para outras atividades remuneradas ou para a satisfação de

necessidades básicas, como de lazer, por exemplo. Além disso, as longas viagens são responsáveis por reduções na produtividade do trabalhador urbano.”

(GOMIDE, 2003, p. 14)

Os deslocamentos diários expressam as dificuldades enfrentadas no município de origem, evidenciando a precariedade das condições de trabalho do morador da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que ainda tem de “*arcar com a precariedade dos meios de transporte, incluindo-se o tempo de deslocamento, o alto custo, a superlotação e os atrasos periódicos*” (ARAGÃO, 2009, p. 27).

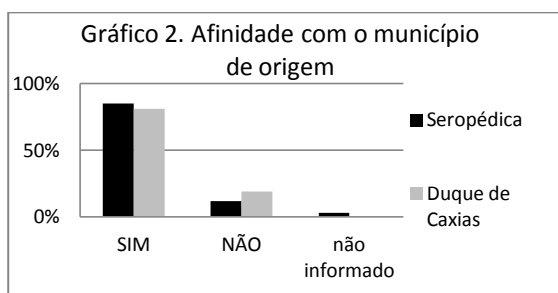
Formação da territorialidade da Baixada Fluminense.

A análise sobre o território pode variar de acordo com concepção teórica de cada pesquisador, bem como, de sua aproximação sujeito-objeto, como podemos perceber em RAFFESTIN (1993), HAESBAERT (1997, 2004), SAQUET (2003, 2007), SANTOS (2000, 2004), SPOSITO (2004), SOUZA (1995, 2001), porém, nos ateremos à concepção da construção do território a partir da materialização proporcionada por um determinado grupo social, proporcionando uma maior identidade entre estes. Partimos da compreensão de que o território possui características construídas pela sociedade ao longo de sua história e que envolve ao mesmo tempo a dimensão espacial-material das relações sociais e o conjunto das representações sobre o espaço ou o imaginário que não apenas move como integra, ou é parte indissociável destas relações (HAESBAERT, 2004).

O território é, portanto, um elemento construído por um grupo social e sua diferente relação com o espaço que vivencia, atribuindo a este, características que lhes proporcionam algum tipo de pertencimento, familiaridade, identidade. Nesta concepção, compreendemos que a cidade reflete estas diferentes construções territoriais, onde o migrante ocupa um papel significativo neste cenário, pois a identificação de um grupo social, estabelecido no ato migratório, possibilita a ordenação de novos arranjos espaciais espalhados pela cidade. A migração pendular metropolitana, torna este processo ainda mais dinâmico, uma vez que as relações são travadas cotidianamente e a utilização dos espaços por estes, acaba por identificar um território no movimento.

Assim, as diferentes articulações sociais construídas na dimensão espaço temporal são identificadas na atualidade, no cotidiano, o migrante que, através e de seu reconhecimento (ou não) no outro, delimita seu território evidenciando traços particulares de sua cultura original. Portanto, o estudo das migrações pendulares em áreas metropolitanas implicam na análise ampliada de vida local. Nesta perspectiva passamos a analisar a identidade dos trabalhadores

que realizam o deslocamento pendular nas áreas estudadas buscando entender de que forma este sujeito se apropria de seu território ou, com qual território ele mais estabelece relações de proximidade uma vez que passa a maior de seu tempo fora de seu município de origem.



Fonte: Pesquisa de campo, 2011, Organizado por Patricia Matias de Oliveira

Mais citados	Seropédica	Duque de Caxias
1º	Saneamento Básico/Pavimento	Saneamento Básico/Pavimento
2º	Saúde	Saúde
3º	Transporte	Transporte
4º	Lazer e cultura	Educação
5º	Educação	Segurança
6º	Investimento	Coleta de lixo

Fonte: Pesquisa de campo, 2011, Organizado por Patricia Matias de Oliveira

Estes dados apresentados no gráfico 2 e na tabela 4 evidenciam que a identidade do trabalhador pendular se estabelece com seu município de origem e, é para com este que ele estabelece relações de apropriação de territorialidade e reivindica que melhorias sejam feitas em seu território. No entanto, o cansaço da rotina semanal de trabalho nem sempre lhes permitem o lazer aos finais de semana, ficando estes, muitas vezes, restritos as suas casas e ao convívio com seus familiares. No que se refere ao consumo do espaço de seu município o lazer relacionado a este foram bares, restaurantes e igrejas.

Como se trata de uma migração cotidiana, o tempo do deslocamento corresponde ao tempo do trabalho e, o vínculo do migrante com a área de destino só se estabelece neste momento, por isto, entender sua identidade, implica em reconhecer seu ambiente original, pois suas relações cotidianas, sociais, econômicas e afetivas se processam nesta área - ainda que a cidade do Rio de Janeiro seja bastante procurada por moradores da Baixada Fluminense em seus momentos de lazer. Segundo Martins (1986), o trabalhador, migrante temporário, passa por uma socialização específica. No lugar de origem, suas relações são baseadas na produção direta dos meios de vida, o convívio familiar, lugar de encontro com o conhecido; no lugar de destino, suas relações são mediatizadas pelo dinheiro e é por meio deste que elas adquirem um caráter social – relações desenvolvidas por meio do trabalho realizado.

3. Considerações finais

O texto apresentado traz reflexões iniciais sobre a pesquisa realizada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e financiada pela FAPERJ, onde, com o auxílio de 3 bolsistas,

analisamos os deslocamentos populacionais intrametropolitanos do Rio de Janeiro, com o objetivo de traçar um perfil do trabalhador que realiza o fluxo Baixada Fluminense-Rio de Janeiro, bem como entender as novas territorialidades demarcadas a partir da reestruturação urbana da Baixada Fluminense.

Os levantamos preliminares tem nos permitido compreender que, as relações de trabalho do migrante são bastante precarizadas, ainda que o processo de reestruturação metropolitana seja notório, fica evidente também que a infraestrutura destinada a mobilidade do capital não é mesma que se destina a mobilidade social. Restando ao trabalhador se flexibilizar e se nutrir de um capital espacial, configurando-lhe possibilidades de deslocamentos sempre que necessário ao capital (Haesbaert, 2004)

No tocante a identidade do migrante da Baixada Fluminense, que compartilham de um cotidiano de mobilidade de trabalho, onde seus espaços de convivência e lazer convergem para os municípios de origem e não para a cidade do Rio de Janeiro, estas podem se manifestar em espaços e tempos, de modo que os habitantes de um determinado território se reconheçam, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns. (HAESBAERT, 2007, p. 44). É a partir desta identidade territorial que caracterizamos os migrantes pendulares da região metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente da Baixada Fluminense, onde apesar da possível mistura territorial, fruto de uma conubação metropolitana, as diferenças são por estes reconhecidas, definindo territórios variados e bastante heterogêneos, resultado das interações sócioespaciais estabelecidas pelos moradores destas áreas, sua participação na constituição do espaço metropolitano e, a formação da identidade territorial estabelecida com seus municípios de residência.

4. Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida., *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2010.

ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

ARAGÃO, Luciano Ximenes. (Des)caminhos da migração pendular na metrópole do rio de Janeiro: uma perspectiva a partir dos eixos de transporte. In: *Revista Travessia*, São Paulo, Ano XXII, nº 64, Maio-Agosto/2009.

BECKER, Olga Maria S. Migração e áreas sociais a metrópole do Rio de Janeiro, BICALHO, A. M. e GOMES, P.C.C. *Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica*. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 141 – 161.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Vol 1. 3ª. Ed. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLO BRANCO, Maria Luiza, FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas e MOURA, Rosa. Movimento pendular: abordagem teórica e reflexões sobre o uso do indicador. In: *Anais do XI Encontro Nacional da associação nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional* - ANPUR, Salvador/BA, 2005

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

CORRÊA, Roberto Lobato. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Benhur Pinós. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto Lobato (Orgs.) *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

CUNHA, José Marcos Pinto. A mobilidade intra-regional na metrópole: consolida-se uma questão. In: *Revista Travessia*. São Paulo, Ano VIII, nº 23, Set/Dez – 1995

FERREIRA, R.N, MATOS, Ralfo. Dinamismo do mercado de trabalho formal e mobilidade espacial dos trabalhadores, MATOS, Ralfo e SOARES, Weber. *Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 137 – 162.

GAUDEMAR, J. P.. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas*. IPEA nº960, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: _____. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acces, 2007.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JARDIM, Antonio de Ponte e ERVATTI, Leila Regina Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG , 2006

JARDIM, Antonio de Ponte. Mobilidade intrametropolitana no Rio de Janeiro. In: PÓVOA-NETO, Helion, FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens E. Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELCHIOR, Lirian. Redes Sociais e migrações Laborais: múltiplas territorialidades. A Constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão. 225 f. (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Fluxos migratórios na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: PÓVOA-NETO, Helion, FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, RODRIGUES, Juciano Martins, CORREA, Filipe Souza. Território e Trabalho: segregação e segmentação urbanas e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu-MG , 2008.

SANTOS, Gislene. Análise do deslocamento pendular para o trabalho do município de Colombo para Curitiba/PR. In: *Revista Travessia*, São Paulo, Ano XXII, nº 64, Maio-Agosto/2009

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: editora da USP, 2005 [1979].

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2004 [1996].

_____. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998 .

SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004 [2001]

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. *Revista Travessia* – edição especial / jan-2000.

_____. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1998

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense, 8ª Ed., 1981

_____. *A violência como fator migratório. Silêncios teóricos e evidências históricas*. Revista Travessia / mai-ago / 1996. p. 05 – 14.